

A CONTRIBUIÇÃO DE UMA PESQUISA PARA A COMPREENSÃO DA CULTURA CAIPIRA

CAMPOS, Judas Tadeu de* – UNITAU

GT-14: Sociologia da Educação

INTRODUÇÃO

O professor Emílio Willems, um dos mais importantes pesquisadores na área de Antropologia no País, fez pesquisas entre diversas etnias, em vários locais das regiões Sul e Sudeste, que se tornaram muito importantes para a compreensão dos comportamentos desses grupos sociais. Um desses trabalhos foi o que ele realizou no município paulista de Cunha, na região do Alt Paraíba, que é considerado duas vezes pioneiro: foi o primeiro estudo de comunidade feito no Brasil e o primeira investigação científica a tratar com respeito a chamada “cultura caipira”.

De acordo com Pereira (1994) e Hoffnagel (2005), o percurso acadêmico de Emílio Willems é considerado singular. Natural de Colônia, na Alemanha e formado em Economia, logo após a conclusão de seu doutorado em Antropologia, pela Universidade de Berlim, ele imigrou para o Brasil, em 1931. No início de sua carreira no magistério, com apenas 26 anos, foi professor secundário num seminário católico de Brusque, no estado de Santa Catarina e, depois, lecionou na cidade de Jacarezinho, no norte do Paraná.

Chegou à Universidade de São Paulo levado pelo professor Fernando de Azevedo e apoiado em pesquisas de campo publicadas desde 1930. Na Faculdade de Filosofia ministrou aulas de Sociologia, disciplina em que obteve seu título de livre-docência em 1937. Sempre incentivado por Fernando de Azevedo, Willems deixou o campo da Sociologia da Educação para se dedicar à Antropologia, disciplina que desde 1936 vinha sendo ministrada em caráter intermitente na Faculdade de Filosofia.

Sob sua orientação, em 1941, passou a ser lecionada como matéria obrigatória nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História. E, em 1947, conseguiu que fosse instituído o diploma de especialização em Antropologia, juntamente com os de Sociologia e Ciência Política. Um ano depois, em 1948, de disciplina obrigatória a Antropologia passou à Cadeira nº 49, sendo ele o indicado para regê-la. De 1938 a 1948

* Grupo de Pesquisa Educação Regional: História e Políticas, do Instituto Básico de Humanidades, da Universidade de Taubaté (UNITAU).

também lecionou, como professor visitante, na Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo.

Paralelamente à intensa atuação política universitária, visando a novos arranjos estruturais que conduziriam à ampliação institucional da área de conhecimento a qual se dedicara, Willems desenvolveu expressivo trabalho de ensino e pesquisa de campo, formando alunos e discípulos que, posteriormente, continuariam a sua obra. Se no ensino deu grande atenção à Antropologia Física ou Biológica, como exigência curricular, nos domínios da pesquisa, sob a influência teórica da Antropologia americana, realizou estudos pioneiros e marcantes, que se tornaram verdadeiros clássicos da literatura antropológica brasileira.

A Willems devem-se investigações de campo e reflexões que tiraram a Antropologia feita no País de seu interesse apenas pelo biológico e pelo tribal e a colocaram como ciência preocupada com a análise e a interpretação de aspectos cruciais da complexa sociedade brasileira. Foi co-fundador e diretor da revista *Sociologia*, periódico que durante quase três décadas teve papel de relevo na sistematização e circulação do pensamento sociológico e antropológico brasileiro. Além de estudos de diversas etnias, ele elaborou dois dicionários que durante décadas serviram de guia para estudiosos em Sociologia e Antropologia. O primeiro, feito em parceria com Herbert Baldus (*Dicionário de etnologia e sociologia*. São Paulo: Nacional, 1939) e o segundo, assinado apenas por ele (*Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1950) (PEREIRA, 1994).

José de Souza Martins, no prefácio à edição brasileira do livro *O fim de uma tradição*, do brasilianista Robert Shirley, afirma que as pesquisas etnográficas realizadas por Emílio Willems, em várias regiões do Sul e Sudeste, foram inspiradas nos trabalhos de Robert Redfield (1977, p. 22). Um desses estudos foi o realizado no município de Cunha, na sub-região do Alto Paraíba, parte do Vale do Paraíba paulista, num planalto em depressão que fica entre a Serra do Quebra-Cangalha e a Serra do Mar, que por seu perfil montanhoso, é conhecido entre geógrafos, como Aziz Nacib Ab'Saber, como “mar de morros” (*apud* SHIRLEY, p. 30).

Nesse município Willems fez o primeiro estudo de comunidade realizado no Brasil, sendo esse uma investigação pioneira na literatura brasileira de Ciências Sociais. Para Martins, “o trabalho de Willems [constitui] uma das primeiras tentativas sistemáticas de estudar a *sociedade caipira*, cujo reduto mais importante está justamente no Alto Paraíba”. (SHIRLEY, 1977, p. 21).

E foi justamente essa pesquisa que deu uma das maiores contribuições para a compreensão da cultura caipira. Essa etnia marcou a formação do modo de vida e do comportamento dos moradores de São Paulo durante, pelo menos, quatro séculos. Porém, tanto o senso comum como a classe intelectual do próprio Estado passou a considerá-la como um modo de vida primitivo, que deveria desaparecer, para o bem do progresso da nação.

OS ESTEREÓTIPOS

O estudo da sociedade existente em São Paulo, desde os primórdios de sua história, mostra que o modo de viver do caipira é considerado como a “forma mais antiga de civilização e cultura da classe rural brasileira, constituída desde os primeiros tempos da colonização”, no entender de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973, p. 8). Como Antônio Cândido mostrou em seu clássico estudo sobre o caipira, *Os parceiros do Rio Bonito*, não havia grande diferença nos modos de viver entre os paulistas dos primeiros séculos e os dos bairros caipiras até meados do século XX. Tanto que até o final do século XVIII, os termos “paulista” e “caipira”, eram na prática, equivalentes: “Por toda parte [do Estado de São Paulo havia], as mesmas práticas festivas, a mesma literatura oral, a mesma organização da família, os mesmos processos agrícolas, o mesmo equipamento material” (1971, p. 83).

Contudo, o processo de urbanização da sociedade brasileira se acentuou a partir das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, em face das mudanças econômicas que vinham ocorrendo no País. Assim, o setor rural, onde se desenvolveu a cultura caipira, foi deixando de ser o que apresentava as melhores oportunidades de investimento, como até então ocorrera. O dinheiro dos investidores, antes empregado nas lavouras, passou a ser canalizado principalmente para os grandes centros urbanos. Isso se refletiu na expansão das atividades comercial, bancária e industrial, que são próprias das cidades (MARTINS, 1975).

De outra parte, no Brasil, essa mesma época marcou o auge de uma tendência que ficou conhecida como “europeização da sociedade urbana brasileira”. A vertente europeizante procurava impor os padrões éticos e estéticos vigentes na Europa aos países então denominados como “atrasados”, cujos habitantes seriam portadores de uma cultura que era chamada de “primitiva” (PORTO, 1993; COSTA, 2002). José de Souza Martins (1975) notou que a figura do caipira teve, a partir de então, reafirmadas e

atualizadas as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico e desambicioso. A própria classe intelectual brasileira assumia essa concepção, que se exprimia na construção de estereótipos negativos sobre o morador da zona rural.

É o caso de Euclides da Cunha. Na *Nota preliminar* de introdução a *Os sertões*, ele afirma:

“O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (2000, p. 1).

De acordo com Martins (1975), a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, seria a melhor descrição desse estereótipo. Porém, o historiador Jaime de Almeida (1987, p. 65), considera que ao classificar o caipira como uma raça inferior, o realismo de Monteiro Lobato mostrava o inconformismo da elite paulista com um grupo social que resistia em deixar seus costumes seculares para se integrar na cultura europeizada, recém-chegada com a industrialização. Mas nota, também, que no prefácio da 4ª edição de *Urupês*, Lobato modifica alguns pontos de vista e faz uma espécie de pedido de desculpas para o caipira. Ali, falando sobre o Jeca Tatu, Lobato diz:

“Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie (...) és tudo isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa desta terra. Os outros, que falam francês, dançam tango, fumam havanas e, senhores de tudo, te mantêm neste geena infernal para que possam a seu salvo viver vida folgada à custa de teu dolorido trabalho, esses, meu caro Jeca Tatu, esses têm na alma todas as verminoses que tu tens no corpo”.

Mesmo educadores de destaque, considerados como grandes incentivadores da renovação do ensino e que ocupavam, na época, os postos mais importantes na estrutura do sistema educacional paulista, compartilhavam desses estereótipos. Zeila de Brito Demartini (1989, p. 11-12), cita o caso de Oscar Thompson, que era o inspetor geral do ensino de São Paulo, cargo hoje equivalente ao de secretário de Estado da Educação. De acordo com um artigo publicado no *Anuario do Ensino de 1917*, editado pelo governo

estadual, ele acreditava que a educação destinada aos alunos da zona urbana, onde estariam os moradores mais esclarecidos e exigentes, deveria ser ministrada em escolas melhores e mais aperfeiçoadas. Esse educador ensinava:

“As escolas que se destinarem ao caboclo e a seus filhos (...) precisam ter uma organização toda especial. Seu principal escopo não será o trato dos livros, mas sua regeneração moral. (...) A população rural, constituída quase exclusivamente de descendentes de caboclos que se dedicam ao amanho da terra, precisa ter escolas que cuidem, primordialmente, de afastar as causas de seu abatimento moral; levantar-lhes o caráter, dar-lhes hábitos de trabalho.”

A compreensão da cultura caipira – ou seja, dos aspectos culturais dos descendentes dos antigos moradores da zona rural do Estado de São Paulo – foi realizada por diversos estudiosos e escritores que, mesmo não tendo a chancela dos estudos acadêmicos, deram grandes contribuições para se entender o modo de vida do caipira. Esses trabalhos vão desde Amadeu Amaral, que em 1920 publicou a primeira edição do clássico *O dialeto caipira*, até o escritor regionalista Valdomiro Silveira e o também escritor e divulgador do universo rural Cornélio Pires, que foi cognominado como “poeta caipira”. Nas artes plásticas, na última década do século XIX, o pintor José Ferraz de Almeida Prado registrou aspectos da vida rural paulista, que chamariam a atenção dos modernistas da Semana da Arte de 1922 para a cultura do Interior, como os quadros *Caipira picando o fumo*, de 1893, e *O violeiro*, de 1899.

Entretanto, no entendimento de Antônio Cândido, Emílio Willems foi o primeiro pesquisador acadêmico a romper com a forma estereotipada de analisar o comportamento dos moradores da zona rural e a utilizar, de modo coerente, a expressão *cultura cabocla* para se referir às modalidades étnicas e culturais do comportamento dos moradores dessa sub-região do Vale do Paraíba paulista. Até ao definir o significado do termo “cultura caipira”, o próprio Cândido deixa implícita a influência que a pesquisa de Willems exerceu sobre seu trabalho: “Para designar os aspectos culturais [dessa etnia] usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial)” (1971, p. 22).

A PESQUISA

Conforme o próprio Emílio Willems descreve no prefácio (p. 5 e 6), a pesquisa no município paulista de Cunha foi realizada nos meses de janeiro, março, junho, julho e novembro de 1945. Os resultados e análises de sua investigação foram publicados em livro, que teve duas edições. A primeira edição foi publicada em 1947, com o título de *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Ainda no prefácio, Emílio Willems descreve sua saga para a realização dessa pesquisa:

“Percorremos 300 quilômetros, aproximadamente, da região rural servindo-nos exclusivamente de animais de montaria. Conhecemos assim uma grande parte do extenso município e de alguns municípios vizinhos. Descemos a secular estrada imperial que atravessa a Serra do Mar a 1.600 metros de altitude ligando Cunha ao velho porto de Parati, uma das mais isoladas cidades da costa meridional. Fomos a Campos de Cunha e atravessamos a Serra da Bocaina, zona praticamente desabitada e sulcada apenas por trilhos de gado.”

Sua metodologia consistiu em observação participante e entrevistas, uma vez que “outros não puderam ser postos em prática”. Para a realização da pesquisa ele contou com uma ajuda financeira da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Nessa mesma parte do livro ele esclarece: “Não pretendemos abarcar todas as esferas da cultura ‘caipira’ de Cunha, mas somente aquelas em que o contraste entre tradição e transição está se tornando evidente”.

Um aspecto curioso nesse prefácio é o agradecimento que ele faz a seus assistentes de pesquisas, então alunos de pós-graduação na Universidade de São Paulo e que viriam a ser importantes pesquisadores da cultura brasileira: Alceu Maynard Araújo, Carlos Borges Schimidt, Florestan Fernandes, Francisca Klovrrza, Gioconda Mussolini, Myrtes Nogueira e Paulo Camilher Florençano.

A primeira edição tem 240 páginas e é dividida em três partes. Na primeira, que inclui o prefácio, são feitos os estudos da sociedade de Cunha. É a que contém os estudos de antropologia cultural. A segunda, de aspecto marcadamente quantitativo, são feitas análises de dados antropométricos dos moradores daquele município. Na terceira parte, que ocupa poucas páginas, são apresentadas fotografias e comentários a respeito de objetos arqueológicos, de origem indígena, que o autor encontrou durante suas pesquisas.

A seguir apresenta-se uma síntese dos principais assuntos tratados no corpo do trabalho, tal como aparece nessa edição:

I – A terra e o povo

Emílio Willems inicia o livro descrevendo o transporte coletivo, do qual se servia para chegar à cidade de Cunha. Segundo conta, era feito por uma “jardineira” que transportava os passageiros entre Guaratinguetá e Cunha, assim como entre os bairros situados no trajeto. Além de transportar passageiros, o motorista da “jardineira” também prestava outros serviços gratuitamente, como a de transmitir recados para moradores de outros bairros. Ele ficou impressionado com o compromisso comunitário desse profissional: “A solidariedade é tal que, em nossas viagens, jamais um passageiro foi deixado à beira da estrada e jamais um recado deixou de ser transmitido” (p. 78).

Na cidade o aspecto das casas refletia as mudanças na cultura local. Na época, os carros de bois e tropas eram freqüentes, dominando as formas de transportes de mercadorias (p. 8). Ele notou que quase todos os prédios da cidade alta eram antigos (p. 10), mas que a taipa, como material e técnica de construção, havia desaparecido por completo (p. 11). O Grupo Escolar era o único estabelecimento de ensino de Cunha, refletindo uma situação que predominava no contexto educacional do Estado de São Paulo, onde a existência de escolas do então chamado ensino secundário era poucas (p. 12). Os veículos a motor eram raros. Apenas sete pessoas, todas pertencentes à classe superior, possuíam automóveis (p. 13), numa população de 24.818 habitantes (p. 17).

A seguir, faz um breve histórico do município, que surgiu por volta de 1730, como pouso para os que transitavam pelo “caminho do ouro”, entre o porto de Paraty e a região aurífera de Minas Gerais. Depois se tornou produtor de alimentos e café. Essa monocultura prevaleceu na economia da região do Vale do Paraíba em boa parte do século XIX, mas nas primeiras décadas do século XX já estava em plena decadência, sendo, então, substituído pela pecuária leiteira (p. 13-16).

Na época da realização da pesquisa, apenas 1.485 moradores residiam na cidade (p. 16). Willems constatou que “a vida econômica da cidade está de tal maneira vinculada à zona rural que seria difícil apontar uma única atividade profissional que não dependa direta ou indiretamente, da zona rural” (p. 21).

II – A Estrutura Social

1. As Classes Sociais

Para Willems, entre duas classes: os graúdos e o povo (que não mandava em nada), havia uma classe média, cuja existência ele percebeu pela observação

participante (p. 24), como, por exemplo, nos banquetes. Muitas vezes, a diferença no vestuário simbolizava a diferença social (p. 25). Após uma pesquisa feita por entrevistas, ele constatou que apenas 9,35% dos moradores pertenciam à classe superior, embora ninguém pudesse ser classificado como um abastado (p. 26).

Também através de entrevista, ele concluiu que mais de 50% dos alunos do Grupo Escolar têm nomes tradicionais, ou seja, de famílias que habitavam na cidade há muitas décadas. Porém, o prestígio das autoridades locais decorria não de sua origem familiar, mas dos cargos que ocupavam e, assim, independia de outros fatores (econômico, tradição, procedência) (p. 29). Por outro lado, não havia uma linha de demarcação rígida entre as classes (p. 30), nem se reconhecia a classe média como tal, entre os moradores. A ela pertenciam 28,97% dos moradores da cidade. Enquanto isso, a classe inferior urbana se caracterizava pela ausência de um operariado industrial. Isso dava a cidade uma feição acentuadamente rural (p. 31). Willems observou que os componentes dessa classe eram aqueles considerados pobres (p. 32).

2. Vizinhança e mutirão.

Observando as formas de cooperação vicinal, Willems concluiu que o mutirão, uma prática muito comum na época, principalmente no trabalho realizado na zona rural, funcionava como forma de resistência cultural e econômica e que a sua permanência era um fator de agregação vicinal (p. 34). Segundo ele, “a maior frequência dos mutirões e a assiduidade com que os moradores acodem ao chamado vicinal, representam uma tentativa da comunidade para resolver dificuldades que lhe ameaçam as próprias raízes da existência.” E, mais adiante: “Não há dúvida que esse fato dá uma força de resistência à estrutura social de Cunha que outras sociedades rurais, baseadas exclusivamente no braço assalariado, não possuem.” No entanto, constatou também que, em função do avanço do trabalho assalariado, havia claros sintomas de desagregação dessa forma de solidariedade comunitária (p. 37).

3. Sexo e família

Neste item, o autor analisou a estrutura familiar e as funções conservadoras das regras sociais vigentes na cidade, envolvendo namoro, noivado e o casamento (p. 41). Para ele, a oposição aos casamentos inter-raciais era maior entre os componentes das classes superiores que entre as inferiores ou rurais (p. 43). Fez uma análise minuciosa da organização da família (46-49) e a respeito da diferença entre a educação da criança na zona rural e na cidade (p. 50). Entrevista realizada com nove famílias constatou que

25,9% de seus membros residiam fora do município, em face da migração para as cidades maiores da região (p. 52).

Observando o comportamento do sistema do uso de terras em comum, afirma que “na roça, os filhos de sitiantes e fazendeiros trabalham para a família paterna até o casamento” e procura compreender o mecanismo social da gradual autonomia da prole masculina, até estar economicamente independente por ocasião do casamento (p. 53-56).

4. Associações

A - Os partidos políticos e suas facções: a estrutura através da história, o papel do compadrio nos resultados eleitorais, o patrimonialismo de origem medieval dominando a política do município, seguido por um período de “desunião” na comunidade. Esses e outros fatos levaram o autor a uma conclusão: “Toda luta política gira em torno da prefeitura” (57 a 61).

B - As Igrejas, incluindo a Católica, a estrutura institucional, templos e capela, e o poder da paróquia na vida local; suas associações religiosas e as divisões de classes sociais nelas existentes; a Igreja Metodista, sua história e sua ação no município (p. 63-66).

C - O clube, que não aceitava negros como sócios e sua contribuição para a recreação da mocidade das classes mais altas da cidade. Apesar de ser uma “prova” do progresso da cidade, havia fatores que contribuíam para a coesão e outros para a desagregação da sociedade local. Outros grupos analisados são a cooperativa de produtores rurais, o futebol, os grupos de bisbilhotice da vida alheia e as atitudes típicas das comunidades urbanas e rurais, enfatizando suas diferenças de comportamento (p. 82).

III – A Cultura

Faz uma análise minuciosa da organização da economia do município, relacionando-o com a cultura do povo. Assim, boa parte da organização econômica seria consequência de seus costumes seculares (p. 83-84). Elabora uma análise do que, nessa cultura permaneceu e o que mudou (p. 85). Analisa a introdução da pecuária leiteira e seu impacto na lavoura tradicional (p. 87-89). A diferença da maneira de pensar do caboclo e de quem está inserido na forma de produção capitalista. E como, essa inserção levava os moradores a perceber o “dinheiro, como mediador universal das utilidades, como objetivo digno dos melhores esforços” (p. 90). Descreve os hábitos alimentares, a forma de construção de moradias e mobiliário existentes nas casas (p. 91-99). Continua

esta parte do trabalho descrevendo minuciosamente as técnicas de confecção de vasilhas de barro, ilustrada por fotografias que mostram a seqüência da elaboração desse artesanato utilitário (p. 102). E termina descrevendo as condições das estradas e constatando que o automóvel começava a competir com as tropas de burros (p. 102-103).

IV – O sobrenatural

Faz uma descrição minuciosa da religiosidade típica do caipira e seus rituais, que guarda apenas semelhanças com a liturgia oficial. Para Willems, a permanência dessa expressão de fé tem uma explicação: os rituais da Igreja não satisfazem a religiosidade cabocla, que cria suas explicações e formas de culto (p. 104-105). Transcreve diversas orações e cânticos utilizados no culto caipira, como este: “Deus te salve casa santa / onde Deus fez a morada / onde está o cálix bento / e a hóstia consagrada” (p. 106). A função dos benzedores, os rituais usados no nascimento das crianças, nas diversas fases da vida, como para o casamento, nas doenças e as cerimônias dos moradores da zona rural para o momento da morte e do sepultamento (p. 109-133). Em todos os fatos narrados, o autor transcreve entrevistas com os sujeitos. Assim em boa parte deste capítulo, os fatos são contados pelas próprias pessoas que os narraram. Para ele, o gradual desaparecimento das crenças populares, tem por explicação a passagem gradual da devoção coletiva para a devoção segmentada de famílias e indivíduos.

V – Festas

Ao contrário da zona urbana, as festas nos bairros rurais associavam vida cotidiana, diversão e divertimento (não sendo apenas uma simples distração). Calendário das festas com descrição e análise das principais comemorações. As de especial devoção dos caipiras de Cunha eram as de São José e a do Divino Espírito Santo, que são minuciosamente descritas, tanto em seus preparativos como a realização. Para Willems, “a festa e seus preparativos são uma espécie de vasto mutirão em que a participação do indivíduo visa, sobretudo, o bem da comunidade” (p. 137-164).

A primeira parte do livro termina com um resumo e conclusão do que foi anteriormente observado e analisado. Tem como anexos, dados numéricos explicativos de citações e letras de músicas cantadas pelos moçambiqueiros (grupos presentes em quase todas as comemorações religiosas na cidade e na zona rural) e pelos foliões do Divino.

Parte II – Contribuição para o estudo antropométrico da população de Cunha

Medições em centenas de homens e mulheres para definir a predominância e o aspecto racial da população de Cunha. Acompanham dezenas de quadros, tabelas e gráficos com os números e percentuais obtidos. Ao fim, a conclusão é de que os moradores de Cunha são predominantemente morenos, de olhos escuros e cabelos castanhos.

Parte III – Notas sobre alguns objetos arqueológicos colhidos na região de Cunha

Nessa última parte do livro, há uma incursão pela arqueologia, com a análise de objetos e fragmentos de origem indígenas encontrados na zona rural, ilustrados por algumas fotos.

Resta notar que permeando toda a obra, existem tabelas e fotografias que procuram comprovar e ilustrar as análises feitas autor.

Uma segunda edição foi publicada em 1961, pela editora Difusão Européia do Livro, de São Paulo, como parte da coleção Corpo e Alma do Brasil, sob a direção editorial do professor Fernando Henrique Cardoso. O livro teve seu nome mudado para *Uma vila brasileira*. E tanto o nome da cidade, como os dos moradores passaram a ser fictícios.

Essa nova edição apresenta as seguintes diferenças em relação à primeira:

- A apresentação gráfica foi sensivelmente melhorada.
- O prefácio foi escrito pelo historiador Nelson Werneck Sodré.
- Na Introdução o autor faz uma análise sociológica das mudanças de comportamentos e significados na transição de uma cultura rural para urbana.
- O nome do município e dos personagens passaram a ser fictícios, uma vez que os verdadeiros, que aparecem na primeira edição, fizeram com que muitos moradores de Cunha se sentissem ofendidos.
- Na organização do texto, os capítulos aparecem como itens e as tabelas antropométricas da Parte III da primeira edição, não foram mais publicados.

O texto, porém, é praticamente o mesmo publicado na primeira edição, de 1947.

REPERCUSSÕES

Talvez como consequência do forte estereótipo que se criou contra a cultura caipira e as conotações negativas que esse termo sempre carregou, o livro de Emílio Willems provocou uma grande irritação na população de Cunha. A mudança do título do livro na segunda edição, assim como a colocação de nomes fictícios para o município e as pessoas mencionadas no livro, seriam consequências deste fato. Porém, para José de Souza Martins, “a irritação dos cunhenses com o trabalho de Willems, por ter definido Cunha como uma comunidade caipira (...) bem expressa o peso discriminatório que essa designação ainda tem e indica, ao mesmo tempo, a importância do estudo do mundo caipira”. Martins explica que “o caipira é o característico camponês paulista, definido a partir de uma identidade quase estamental”. E acentua que é “através da análise da desagregação do seu mundo que se pode, justamente, observar os efeitos da transformação e expansão do capitalismo desta parte do país” (1977, p. 22).

Outra polêmica – esta nos meios acadêmicos – teve como ponto de discórdia a validade social da realização de um estudo de comunidade, contestada por alguns autores.

Para Robert Shirley (1977, p. 302), a metodologia do estudo de comunidade nunca teve aceitação pelos cientistas sociais brasileiros. “Eles preferem um caminho com uma abordagem sociológica mais ampla em vez do enfoque intenso do estudo da comunidade”. E nota que mesmo Nelson Werneck Sodré, que escreveu o prefácio da segunda edição da obra de Willems, tendo-a elogiando como um “livro magistral”, admite que prefere utilizar “métodos diferentes e critérios analíticos” (WILLEMS, 1961, p. 8). Shirley, então conclui: “De fato, a maioria dos estudos de comunidades brasileiras foram escritos por não-brasileiros”.

Talvez por isso, o sociólogo Guerreiro Ramos (1957, p. 105-107) tenha rejeitado, de forma contundente, o estudo realizado por Willems. Ramos inicia sua crítica observando que os rumos da pesquisa na área de ciências sociais, realizada no País estão equivocados:

“Na presente data, existe aspectos fundamentais da vida brasileira carentes de tratamento sociológico, sem que se observe nenhuma tendência dirigida para tal objetivo. Basta, porém, observação superficial para que se perceba flagrante desorientação na aplicação dos recursos nacionais no trabalho de pesquisa. A prática da pesquisa, entre nós, é um flagrante da inconsciência e do descomando da sociedade brasileira, pois que não exprime nenhum propósito e

obedece ao mero capricho daqueles que ocasionalmente controlem os recursos.”

Passa, então, a atacar o trabalho de Willems:

“Não se justifica, por exemplo, dentro do ponto de vista aqui adotado, que se reiterem investigações do tipo da realizada pelo professor Emílio Willems e de que resultou a obra **Cunha – Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil**. Trata-se de um estudo de comunidade procedido dentro de moldes metodológicos já largamente ensaiados nos Estados Unidos. Assim, do ponto de vista meramente acadêmico, a obra em apreço nenhuma contribuição trás e, do ponto de vista das necessidades de pesquisa do Brasil, contribui para o esclarecimento de pormenor da vida rural brasileira de secundaríssima importância. Este tipo de sociologia regional, mais ou menos anódino e diversionista, está atualmente empolgando considerável número de jovens sociólogos brasileiros – o que representa desperdício dos nossos recursos técnicos (...) As pesquisas sobre comunidades têm pleno sentido no atual estágio econômico dos Estados Unidos e no presente quadro de sua sociologia, cujas correntes estão perfeitamente delineadas e em que há abundante oferta de especialistas. No Brasil, a prática de tais investigações só poderá contribuir para desorientar os nossos escassos sociólogos em formação, pois, dando-lhes a satisfação de dominarem certas técnicas em voga num centro adiantado, despreocupa-os de tarefas outras essenciais ao seu meio, quais as de elaborar um saber sociológico compatível com as necessidades nacionais e regionais. Em um país como o Brasil, desprovido de tradição sociológica universitária, é verdadeiro contra-senso ou despistamento sair o aprendiz a "campo" em busca de conhecimento pormenorizado dos mecanismos da comunidade, segundo regras **made in U.S.A.** Não é assim que ele deixará de ser colonial” [negritos no original].

Talvez já prevendo alguma repercussão negativa a seu trabalho – pioneiro no Brasil –, ainda no prefácio da primeira edição Willems procura justificar seu interesse no estudo de comunidades camponesas, afirmando: “(...) Convém lembrar que o próprio Radcliffe-Brown estimulou, com todos os meios a seu alcance, essa espécie de

pesquisas, e algumas entre elas representam frutos diretos e maduros da orientação do mestre de Oxford” (p. 5).

E Florestan Fernandes destaca o mérito de Willems ter combinado o trabalho de campo com pesquisas da reconstrução histórica. Segundo ele, esta combinação caracteriza toda sua obra, na medida em que a grande maioria dos seus trabalhos tratava de descobrir como mudanças sociais e culturais tinham modificado ou estavam modificando a estrutura/organização social de grupos específicos (*apud* HOFFNAGEL, 2005, p. 151).

Já Robert Shirley, falando especificamente sobre o estudo de Willems na sub-região do Alto Paraíba, disse:

“Essa monografia teve um impacto notável na vida intelectual paulista. Ela focalizou a atenção dos intelectuais urbanos sobre os camponeses de seu próprio Estado e descreveu a cultura de *folk* detalhadamente. Logo se tornou o trabalho padrão sobre o assunto. A monografia é ainda amplamente citada em muitos campos, da história à literatura, e pode ser considerada um clássico da sociologia brasileira (...) De fato, o trabalho de Willems estimulou um grande renascimento de interesse na cultura do caipira paulista, um interesse aumentado pelo fato de que vários de seus alunos trabalharam com ele em Cunha. Muitos deles, posteriormente, tornaram-se importantes nas letras brasileiras e nas ciências sociais” (1977, p. 301 e 303).

Para esse autor, a única falha séria no trabalho de Willems,

“(...) foi o malogro em delimitar completa e sistematicamente as relações urbano-rurais e, em conseqüência, a natureza completa da estrutura da comunidade. Enquanto o estudo faz um belo trabalho ao descrever o modo de vida do caipira, faz apenas algumas alusões acerca da estrutura social dos bairros e grupos de vizinhança (...)” (SHIRLEY, 1977, p. 302).

FECHANDO A PORTEIRA

Em 1975, discorrendo a respeito de sua experiência como imigrante e professor no Brasil, Willems escreveu:

“Em 1949 quando eu comecei ensinar estudantes americanos sobre a América Latina contemporânea, pude refletir sobre dezoito anos de residência contínua no Brasil, não como um professor visitante, mas como um imigrante que tinha a tarefa difícil de ganhar a vida e sustentar a família com o salário magro de professor. Embora frustrante, às vezes, a adaptação à vida da pequena cidade brasileira provou ser não somente inevitável, mas também valiosa, e eventualmente me tornei um membro da classe média brasileira. Em vez de ser uma abstração, sua cultura se tornou a minha cultura. Eu estava ‘going native’ [me tornando nativo], mas sem deixar de ser antropólogo. A experiência certamente me deu ampla oportunidade para entender a cultura de dentro e estritamente nos próprios termos dela. Anos de residência em três estados diferentes – Santa Catarina, Paraná e São Paulo – gradualmente expandiram e aprofundaram minha familiaridade com o país” (*apud* HOFFNAGEL, 2005, p. 150-151).

Mesmo depois de sua mudança para os Estados Unidos da América, Emílio Willems continuou mantendo contato com o Brasil através de várias visitas, para pesquisar, lecionar e participar de congressos. Em 1960 ele fez pesquisas sobre o protestantismo no País e, em 1967, passou quatro meses no Paraná, coletando dados sobre a mobilidade social numa sociedade de Fronteira. Em 1970, voltou ao Brasil para pesquisar a urbanização e cultura urbana para seu livro *Latin American culture: an anthropological synthesis* (HOFFNAGEL, 2005, p. 151).

Na sua edição de 21 de setembro de 1971, o diário *A Tribuna*, na época o principal jornal de Taubaté, anunciou, em sua manchete de primeira página, termo que, na linguagem jornalística, é a principal notícia publicada naquele número do periódico: “Taubaté hospedarà catedrático da ‘Vanderbilt University’”. Eis a matéria na íntegra:

“Esta cidade acolherá, amanhã, quarta feita, ilustre visitante. Trata-se do professor Emílio Willems, catedrático de antropologia da Vanderbilt University, de Nashville, capital do estado norte-americano do Tennessee.

“O professor Emílio Willems há alguns anos ocupou as cadeiras de antropologia da Universidade de São Paulo e lecionou a mesma matéria na Escola de Sociologia e Política. É autor consagrado de importantes obras sobre sociologia, etnografia e antropologia

brasileiras, dentre as quais se destacam: “Assimilação e Populações Marginais do Brasil” e “Aculturação dos Alemães na Brasil”, ambas na “Coleção Brasileira”; “Cunha – tradição e transição de uma cultura rural no Brasil”; “A Ilha de Búzios”, etc. Dirigiu como diretor-fundador, a revista paulistana “Sociologia”, de repercussão nacional e internacional, bem como colaborou nos mais prestigiosos órgãos da imprensa brasileira.

“Está o professor Willems participando ativamente do ‘Encontro Internacional de Estudos Brasileiros’ e do ‘I Seminário de Estudos Brasileiros’, conclave que ora se realizam na Cidade Universitária de São Paulo e que reúnem expoentes nacionais e internacionais de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Educação, Literatura, etc., sob a orientação do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros).

“Durante a sua permanência em Taubaté o professor Emílio Willems será hospedado pelo casal Wanda e Paulo Camilher Florençano, devendo, na oportunidade, manter contatos com os meios universitários de Taubaté, havendo a possibilidade de proferir uma palestra.”

Nas edições dos dias seguintes, o jornal nada mais informa a respeito dessa visita, nem se ele voltou a rever a cidade de Cunha. Essa, talvez, foi a última vez que o professor Emílio Willems esteve na região do Vale do Paraíba.

Emílio Willems, que era membro da American Anthropological Association, se aposentou como professor emérito da Universidade de Vanderbilt em 1974. Seu obituário indica que ele morreu em Nashville, no dia 24 de novembro de 1997, com 92 anos, após breve enfermidade (VANDERBILT, 1997).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. *Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século: 1885-1915*. 1987. 723 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

CUNHA, E. *Os sertões*. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Publifolha, 2000.

DEMARTINI, Z.B.F. *Cidadãos analphabetos: propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na Primeira República*. Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 71, p. 5-19, 1989.

HOFFNAGEL, J.C. *A família na obra de Emílio Willems*. Revista Anthropologicas, PPGA-UFPE, Recife, v. 16(1), p. 149-170, 2005.

MARTINS, J.S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

PEREIRA, J.B.B. *Emílio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia*. Estudos Avançados. I.E.A., USP, São Paulo, 8 (22), p. 249-253, 1994.

PORTO, M.R.S. *Escola rural: cultura e imaginário*. 1993. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUEIROZ, M.I.P. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1973.

RAMOS, G. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

VANDERBILT Register On Line. *Emeritus Professor Emilio Willems dies*. Disponível em: http://www.vanderbilt.edu/News/register/Dec8_97/vr11.htm. Acesso em: 18 fev. 2008.

WILLEMS, E. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

WILLEMS, E. *Uma vila brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.